

Senado debate eleições no DF

DAVE MERICH
Da Editoria de Cidade

Mais uma vez — agora de forma repentina, sem que ninguém esperasse — o Senado Federal volta a discutir uma emenda que cria a representação política para Brasília. Devido a uma hábil manobra da Mesa do Senado, que pegou toda a oposição de surpresa com a marcação para hoje da votação para a emenda Maurício Fruet, as galerias vão permanecer semivazias e os 500 mil eleitores de Brasília saberão somente através da televisão, do rádio e dos jornais se vão poder eleger os seus representantes para o Congresso Nacional e Assembléia Legislativa ou se vão ter que esperar um pouco mais pela volta desse direito para os moradores da Capital da República.

O tema representação política é constante nas discussões informais em mesas de bar, nos círculos de elite, nos sindicatos, nas associações de moradores e nos partidos políticos. Em 1975, a discussão do tema apenas começava. A idéia da representação política começou a ganhar fôlego a partir de 1977, quando, por ocasião do aniversário da construção de Brasília, foi realizado, na sede da Associação Comercial, um seminário sobre o assunto. Por volta de 1980, o debate sobre o direito ao voto em Brasília começou a se aquecer, saindo dos gabinetes fechados e ganhando a adesão pública, em manifestações na Praça do Povo, no Setor Comercial Sul e na Praça do Encontro, em Ceilândia.

Se, por um lado, a idéia da representação política une a esmagadora maioria do povo de Brasília, a sua forma gera muita controvérsia. Os líderes empresariais, particularmente os dirigentes da Associação Comercial e da Federação do Comércio, entendem que Brasília deveria contar apenas com representantes no Senado e na Câmara Federal. De acordo com esta posição, neste momento, a implantação de uma representação em todos os níveis — Congresso, Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores nas cidades-satélites —, além de significar uma elevação abrupta

dos gastos públicos do GDF, poderia contribuir para trazer algumas contradições muito sérias a nível da administração local.

Os partidos políticos e os líderes sindicais e de associações de moradores, de modo geral, têm um posicionamento diferente. Eles acreditam que uma representação somente a nível de Congresso seria limitada e que não atenderia ao interesse crescente da população por uma maior participação política. Estes setores defendem abertamente a conquista de representação a nível de Congresso, Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores.

O projeto do deputado Maurício Fruet — atualmente licenciado e exercendo a função de prefeito em Curitiba — é uma espécie de solução intermediária para estes dois blocos antagônicos, pois estende a representação até o nível de uma Assembléia Legislativa. Em 1982, quando o projeto foi à primeira votação no Congresso, conseguiu unir estas duas vertentes básicas do movimento pró-direito de voto do Distrito Federal e levou milhares de pessoas às galerias da Câmara dos Deputados.

Ultimamente, no bojo da possível emenda do presidente Figueiredo, restabelecendo as eleições diretas para o País em 1988, alguns setores do PDS vêm tomando a iniciativa de propor a representação somente a nível das duas Casas do Congresso Nacional. O senador paraibano Marcondes Gadelha, o principal propagandista da idéia, já tomou a iniciativa de apresentar o seu projeto a setores do empresariado, como ocorreu recentemente na cidade-satélite de Taguatinga.

A proposta de Marcondes Gadelha deverá gerar muita polêmica junto aos setores da oposição em Brasília. Entretanto, se a emenda a nível apenas de Congresso Nacional vier a se tornar realidade, estes setores não vão se afastar da arena política: eles deverão participar do pleito, inclusive, por acreditar que somente a mobilização popular pode conquistar a representação para as cidades-satélites.